

Manufacturing Consent revisitado: uma nova aproximação¹

Michael Burawoy

Professor do Departamento de Sociologia
Universidade da Califórnia – Berkeley (Estados Unidos)

¹ Tradução de Ricardo Festi. Este artigo foi traduzido da versão francesa *Manufacturing Consent revisité*, publicada na *La Nouvelle revue du travail* (online), v. 1, 2012. Foi cotejado com o original em inglês, publicado na mesma revista, e com a tradução em espanhol, publicada em *Revista de Trabajo*, a 10, n. 12, 2014, com o título *Una nueva aproximación a Manufacturing Consent*.

Manufacturing Consent revisitado: uma nova aproximação

Resumo: Este artigo apresenta brevemente a obra Manufacturing Consent, publicada em 1979. Nela, o autor descreve a maneira em que a direção de Allis Chalmers organizava a disciplina do trabalho operário mediante a coerção e o consentimento, em particular por meio do estabelecimento de quotas de produção, o que suscitava uma espécie de jogo social entre os operários. Realiza também uma revisão do método etnográfico usado naquele momento, criticando-o e propondo substituí-lo pelo “estudo de caso ampliado”, que leva em conta o contexto do trabalho, incluindo as trajetórias dos atores, as transformações dos mercados e do papel do Estado, sem esquecer os elementos espaço-temporais como fatores de mudança. Aproveita a ocasião para revisar as publicações recentes que tem abarcado entre os seus objetos de investigação os temas de gênero, trabalho doméstico, trabalhadores migrantes, serviços, sindicalismo, etc. Este artigo sugere que as lutas estariam se descolando da exploração para a comoditização (commodification), acompanhada pelos conflitos relacionados ao consumismo; estes indicariam o início de uma nova era de mobilizações transnacionais que tem alcançado da Europa do Leste à Ásia. A partir disso, o autor retoma as teses de Polanyi, desenvolvidas em A Grande Transformação, atualizando-as com o advento da terceira onda ultraliberal que estende a comoditização à natureza (terra, água e ar) e ao conhecimento, frente ao qual os movimentos do tipo occupy seriam as primeiras respostas.

Palavras-chaves: 1. Consentimento; 2. Coerção; 3. Movimento operário

Manufacturing Consent revisited: a new approximation

Abstract: The article briefly presents Manufacturing Consent, a 1979 publication directed by Allis Chalmer that deals with the way in which work discipline for manual labourers is organised through coercion and consent, based in particular on the establishment of production quota creating a kind of “game of making out” between works. The author reviews the ethnographic method that had been used at the time. He criticises this approach and suggests a replacement based on an “extended case method” that incorporates the work context and includes actors' trajectories as well as transformations in markets and the role of the state - without forgetting spatial-temporal factors of change. This becomes an opportunity for the author to review recent publications that have expanded the object of research to include gender, domestic labour, migrant workers, services, trade unions, etc. The article suggests that issues pertaining to the battles witnessed in these domains range from exploitation to commodification and include consumerism. All of these bones of contention have inaugurated a new era of transnational mobilisation extending from Eastern Europe to Asia and inspiring the author to reproduce Polanyi's Great Transformation thesis, after updating it to include the recent advent of a third, ultra-liberal wave that broadens commodification to include nature (earth, water and air) and knowledge. The first manifestation of this change is the Occupy movement.

Keywords: 1. Consent ; 2. Coercion ; 3. Workers' movement

Nota introdutória

Michael Burawoy ganhou relevância internacional desde que assumiu as presidências da Associação Americana de Sociologia (2002-2005) e da Associação Internacional de Sociologia (2010-2014), o que lhe permitiu difundir a sua obra e a sua defesa de uma “sociologia pública”. Este último chegou ao Brasil, principalmente, após a publicação de Por uma sociologia pública (2009), em coautoria com Ruy Braga. Para além desta importante e controversa reflexão sobre o papel da sociologia na sociedade contemporânea, um número cada vez maior de especialistas começou a se interessar pelas obras e o método deste autor britânico radicado nos Estados Unidos.

Após se formar em matemática pela Universidade de Cambridge, no final dos anos 1960, Burawoy, sob forte influência de Jaap van Velsen, seguiu para Zâmbia para realizar o seu trabalho de campo em uma mina de cobre. Desde então, ao longo de quatro décadas, desenvolveu um método de observação participante por meio das pesquisas que realizou em quatros diferentes países: Zâmbia, Estados Unidos, Hungria e Rússia. Suas obras abordam diferentes problemáticas, tais como o pós-colonialismo, a organização do consentimento no capitalismo, as peculiaridades da consciência de classe, a organização do trabalho nos países socialistas e a transição do socialismo para o capitalismo.

Como professor da Universidade de Berkeley desde 1976, ministrou cursos e seminários sobre metodologia de pesquisa, permitindo-lhe teorizar sobre a sua própria prática de investigação. Em Marxismo sociológico, publicado no Brasil em 2014 pela editora Alameda, o autor nos apresenta, num prazeroso texto que mistura autobiografia e reflexões teóricas, a definição do que ele veio a chamar de extended case method.²

² A expressão “extended case method” dificilmente pode ser bem traduzida para as línguas latinas sem que se perca o seu significado, que envolve sentidos de ampliação e contextualização. A tradução francesa para este artigo optou por “étude de cas élargie” ou “étude de cas situe”, o que produz um sentido estranho para o leitor. Em nota, o tradutor francês especificou que, “na primeira formulação, é o estudo que é ampliado ao contexto (*du cas*) e, na segunda, o cerne da questão reside sobre a situação do caso (*cas situe*). A questão é a mesma: este jogo na ortografia sublinha a pertinência do conceito de extended numa língua e a sua impossível tradução para outra”. A versão espanhola optou por “el método del caso extendido”. Decidimos seguir a tradução adotada em *Marxismo sociológico*, “método do estudo de caso ampliado” ou, simplesmente, “estudo de caso ampliado”.

O artigo que se segue apresenta uma síntese de suas autocríticas e reflexões recentes sobre sua pesquisa de doutorado, defendida em 1976, na Universidade de Chicago, e publicada com o título de Manufacturing Consent: changes in the labor process under monopoly capitalism [Fabricando o consenso: mudanças no processo de trabalho sob o capitalismo monopolista], livro nunca traduzido para o português. Nestas reflexões, autor retoma a ideia de reconstrução “o marxismo ao mostrar como a fábrica também é um campo político, onde o consentimento ao capitalismo é organizado” (BURAWOY, 2014, p. 25).

Fiel a sua formação em antropologia, Burawoy aplicou à sua obra o método da “revisita focada”, reanalizando sob o olhar das críticas e produções de outros autores e dos desdobramentos históricos ocorridos após o seu trabalho de campo. É raro um autor que se autocritique e ainda nos aponte uma gama de referências capazes de avançar em pontos débeis de sua pesquisa, como ele faz neste texto. Portanto, o artigo aqui traduzido permite que um público mais amplo tenha um primeiro contato com este interessante e instigante autor.

Em 2 de julho de 1974, comecei meu trabalho de campo de doze meses como operador de máquinas na Allied Corporation, uma filial da divisão de motores da multinacional Allis Chalmers.³ Por uma

³ Nestas reflexões críticas de meu próprio trabalho que eu faço neste artigo, esforcei-me por considerar as contribuições dos formidáveis estudantes com os quais trabalhei ao longo de trinta anos em Berkeley e em outros lugares.

causalidade extraordinária, encontrava-me na mesma fábrica estudada pelo grande etnógrafo de Chicago, Donald Roy, em 1944-1945.⁴ Em 1979, descrevi, em meu livro *Manufacturing Consent* (BURAWOY, 1979), as transformações que se produziram ao longo dos últimos trinta anos depois dos trabalhos de Roy. Em 2004, após três décadas de ausência, retornei ao meu antigo local de trabalho em Harvey, na zona sul de Chicago (Illinois).

Os edifícios dilapidados, tomadas pelo mato, haviam passado para outro proprietário, mas ainda estavam de pé. Em 1974, Allis Chalmers era a maior empresa de fabricação de material agrícola depois da Caterpillar e John Deere. Pouco depois, ela entrou em um período de graves dificuldades econômicas e terminou por ser comprada pela empresa alemã K-H-Deutz AG em 1985. A divisão de motores de Harvey, no qual eu trabalhei, fechou e foi convertida num armazém para Allied Tubes, um fabricante local de tubos de aço. Dessa forma, por uma outra causalidade sociológica, o pseudônimo que eu havia dado à Allis Chalmers agora era o nome da empresa que a comprara. Em 1987, Allied Tubes foi adquirida pela Tyco, o conglomerado internacional conhecido por vários escândalos retumbantes, entre os quais a acusação, em 2003, de seus dois mais

⁴ Donald Roy (1909-1980) cresceu em Spokane, Washington. Seu pai era motorista e migrante do Leste europeu. Sua mãe, filha de camponeses. Enquanto cursava a graduação, durante a Grande Depressão, trabalhou sucessivamente como empregado de hotel e de loja, como lenhador e como peão na construção de um túnel. Em 1950, orgulhava-se de ter trabalhado em vinte e quatro diferentes empregos, em vinte diferentes ramos da indústria. Após ingressar no doutorado em 1941, na Universidade de Chicago, sua situação precária não se alterou. Em 1944 conseguiu o emprego de operador de máquinas na mesma fábrica que Burawoy trabalhará trinta anos depois. “Roy afirma ter aceitado este emprego sem nenhuma intenção particular, mas um mês depois começou a tomar notas sobre tudo o que se passava dentro da oficina em que trabalhava. Numa conferência de 1956, ele atribui à Everett Hughes o mérito de ter transformado uma circunstância fortuita no objeto de sua pesquisa” (CHAPOULIE, 2001, p. 393). Durante dez meses, recolhendo dados para a sua tese, ele praticou a observação participante, método que manterá para o resto de sua vida. Sua tese, defendida em 1952, nunca foi integralmente publicada, a não ser na forma de alguns artigos. Em 1950 ingressou como professor do Departamento de Sociologia na Duke University, em Durham (Carolina do Norte), onde permaneceu até se aposentar, em 1979. Este posto lhe deu liberdade para seguir fazendo as suas pesquisas de observação participante em diversos trabalhos manuais ou de serviços, dando-lhe um conhecimento íntimo sobre o mundo operário. “Roy compartilhava com uma parte dos sociólogos de Chicago da mesma geração uma fé particular no trabalho de campo, um profundo ceticismo em relação aos dados obtidos por questionários e a atenção voltada à investigação sobre os sentidos dos comportamentos e sobre sua dimensão subjetiva” (IBID., p. 395). (N.do T.)

altos quadros por fraude financeira, evasão fiscal e malversação de centenas de milhões de dólares.

Estocagem, conglomerados e saques corporativos são três dimensões que captam muito bem o início da Era Reagan, que começou em 1980, cinco anos depois que eu deixei a Allis. O sul de Chicago havia sido o lar de minorias étnicas operárias, principalmente em torno de suas siderúrgicas, descritas por Bill Kornblum (1974), em *Blue Collar Community* – um livro que foi publicado quando eu começava a trabalhar em Allis. Mas, com o fechamento das fábricas, o conjunto da zona sul de Chicago se tornou um cemitério industrial. A Allied Tubes foi uma das últimas empresas em atividade. Ao invés da periferia operária de outrora, existe hoje um gueto, povoado majoritariamente de afro-americanos. Muitos entre eles foram evacuados das famosas e controversas Robert Taylor Homes, conjunto de casas populares localizadas no sul de Chicago. Quando o Housing Project foi concluído em 1962, ele era conhecido como o maior complexo de habitações populares dos Estados Unidos. Sudhir Venkatesh (2000) relatou muito bem a ascensão e a queda dos Robert Taylor Homes em *American Project*. Os prédios foram destruídos e transformados em habitações de “renda mista”, enquanto muitos dos antigos residentes foram realocados para terras abandonadas no sul da cidade, em zonas como Harvey.

Se a paisagem de Harvey mudou, a região da periferia onde eu havia habitado era ainda reconhecível em 2004, apesar dos cartazes imobiliários estampando os preços “irrisórios”, dos prédios vazios, dos imóveis abandonados, das janelas quebradas, das agências de créditos, das lojas de *fast-foods*, dos letreiros de leilões, das igrejas afro-americanas e dos bares dilapidados. Boa parte da zona sul sofreu o mesmo destino que Harvey. De fato, esta é uma história que se repetiu inúmeras vezes em todo *Rust Belt*, consequência do fechamento das usinas ou de sua transferência para o exterior, parcialmente substituídas por uma economia de serviço e pela revolução da informática. O Estado se esquivou de qualquer responsabilidade pela deslocação social e econômica, dando origem a profundas desigualdades, ao aumento da criminalidade e da pobreza. Agora, é difícil encontrar uma sede sindical neste coração das históricas e heroicas lutas trabalhistas. Este é o legado da era Reagan.

Rebitado ao passado: as falhas metodológicas de Manufacturing Consent

Eu não antecipei nada disso em *Manufacturing Consent*. Ao invés de prestar atenção à comunidade ao redor, concentrei-me sobre o que chamei de “organização hegemônica do trabalho” como se ela fosse o fim da história. Apesar de toda a minha insistência sobre o “estudo de caso ampliado”⁵ (*the extended case method*) e sobre a necessidade de contextualização do terreno etnográfico, e mesmo com todas as minhas críticas a forma em que Donald Roy concebia o local de trabalho como uma comunidade fechada e imutável, devo admitir que o meu próprio estudo sofria dos mesmos limites. Estava cego diante do futuro que se apresentava, mesmo com as siderúrgicas fechando uma após a outra ao meu redor. Porque a minha fábrica não teria o mesmo destino? Eu não via o que se passava próximo de mim porque estava preso ao passado, concentrado na ideia de explicar as pequenas transformações da organização do trabalho entre a época em que Roy havia estudado, em 1944-1945, e o momento em que eu o fazia, em 1974-1975. Estava, portanto, de costas para o futuro.

A relativa continuidade na organização da produção entre 1944 e 1974 foi uma benção metodológica. Mas ao me focar na explicação das pequenas mudanças, negligenciei as transformações macroeconômicas cruciais do capitalismo em curso daquele período, sua “destruição criativa”, como afirmou Joseph Schumpeter. Ainda assim, nem tudo estava perdido, pois esta constância da tecnologia e do sistema de pagamento por peça me permitiu focar no modo de regulação do trabalho, isso que eu chamei de regime de produção, ou seja, os aparelhos políticos e ideológicos da produção – o que outros autores, num quadro teórico diferente, nomeiam simplesmente de modelo de relações industriais. Eu interpretei esta transição de trinta anos como um movimento contínuo de um regime despótico para um regime hegemônico, de uma extração do esforço através da coerção e do medo para uma extração do esforço pela organização do consentimento com o uso eventual da força.

⁵ Desde a publicação de *Manufacturing Consent* (1979), elaborei este método etnográfico em um grande número de publicações reunidas em Burawoy (2014). Ver também os projetos coletivos (BURAWOY; BURTON; FERGUSON, 1991; BURAWOY, GEORGE; BLUM, 2000).

A coerção e o consentimento sempre coexistiram, mas suas proporções relativas e sua articulação se alteraram ao longo do tempo à medida que a importância do consentimento aumentou e a da coerção declinou, sendo que, de fato, a aplicação da coerção se converteu em objeto do próprio consentimento. Essa mudança no regime de produção se expressou por meio do desenvolvimento de um mercado de trabalho interno que privilegiava a antiguidade dos empregados e, portanto, formava operários interessados na longevidade da empresa, e no que chamei de estado interno, cujo sistema de reivindicações (*grievance machine*) constituiu empregados com direitos e obrigações, ao mesmo tempo que os aparatos de negociação coletiva coordenavam os interesses dos trabalhadores e dos gerentes. Essas duas instituições foram o marco para que o “*game of making out*”⁶ fosse ainda mais sedutor e eficaz em obter o nosso consentimento espontâneo à favor das expectativas gerenciais de produção.

Atribuí a mudança de regime de produção a dois fatores externos. De um lado, a Geer Company – como Roy havia rebatizado a velha Buda Company – passou de uma situação de concorrência direta no mercado à sua integração na grande empresa, o que levou a uma maior proteção da mão de obra e, dessa forma, criou as bases de um regime hegemônico fundado no compromisso de classe. Para além dessas transformações próprias à empresa, os anos seguintes a Segunda Guerra Mundial viram surgir uma mudança durável nas relações industriais com a institucionalização do *New Deal*, o que promoveu os mercados internos de trabalho, o sistema de reivindicações e de negociações coletivas nos setores sindicalizados da indústria.

Entretanto, equivoquei-me em tomar o regime hegemônico de produção como uma forma, em grande parte, natural e eterna, pois subestimei as forças externas que a geravam. Não compreendi que essas forças externas – mercados

⁶ O *game of making out* designa uma prática comum nas oficinas de produção. Trata-se de controlar os ritmos do trabalho operário estabelecendo uma quota de peças a fabricar: se a quota, fixada pelos administradores, é atingida, os trabalhadores tentam ultrapassar 25%, mas não mais que isso, para obter o prêmio. Se ela é irrealizável, os operários desaceleram o ritmo, sabendo que o salário mínimo está de toda forma garantido. Portanto, se a quota é muito baixa, os operários certificam-se de não ir muito além, para evitar que os gerentes a aumente. Além disso, podem organizar jogos coletivos e discussões para alcançar ou não as quotas, para comparar a capacidade de cada um, contribuindo para a construção do consentimento.

e Estados – não são estáticas, mas o produto de processos sociais possuindo a sua própria dinâmica.⁷ Primeiro, não via que o mercado mundial estava prestes a englobar os mercados nacionais, afundando a indústria dos Estados Unidos. Como tantas outras empresas, Allis Chalmers não poderia mais competir nem no mercado interno nem sobre o plano internacional. Em segundo lugar, não previ a ofensiva política contra o sindicalismo, marcada pela eleição de Reagan à presidência. Em 1981, seu governo quebrou a greve dos controladores de voo, substituindo-os por empregados não sindicalizados. O ataque aos operadores de tráfego aéreo e ao sindicato – o PATCO (Professional Air Traffic Controllers Organization) – coincidiu com a nomeação, por Reagan, de seus apoiadores no National Labor Relations Board,⁸ que dariam a este uma maioria pró-patronal, legitimando as ofensivas dos empregadores contra os sindicatos.⁹

O duplo ataque contra o trabalho – primeiro por meio do mercado, depois mediante o Estado – transformou o regime hegemônico, que eu havia considerado como uma forma eterna de dominação, num momento efêmero na história das relações profissionais nos Estados Unidos. Mais que um prenúncio do futuro, o regime hegemônico que eu identifiquei em 1974 estava a ponto de ser substituído pelo que, à primeira vista, chamei de despotismo hegemônico – um despotismo construído sobre os fundamentos da hegemonia que havia desarmado os trabalhadores frente ao assalto gerencial. De maneira irônica, o período 1974-1975 se mostrou uma inflexão na história do trabalho nos Estados

⁷ James Zetka (1994) estendeu a minha análise dos regimes hegemônicos estudando não somente a transformação da intervenção do Estado, mas também as dos mercados que operavam as grandes empresas. Ele coloca o dedo em uma outra lacuna de meu estudo de oficinas de produção, a necessidade de uma análise mais aprofundada das relações flutuantes entre a divisão de motores e os serviços centrais de Allis Chalmers, tipo de análise que Robert Freeland (2001) efetuou de forma eficaz na General Motors. Uma tal análise era necessária para compreender que os mesmos princípios de produção aplicados aos operários poderiam ser aplicados aos gestores, como Vicki Smith (1990) mostrou em seu estudo sobre a forma em que os diretores se dirigem aos seus pares e aos outros fora do emprego. Todos esses estudos mostraram os processos sociais por trás das forças que eu havia reificado.

⁸ A *National Labor Relation Board*, criada em 1935, é uma agência de governo independente, com responsabilidade de fazer cumprir as leis trabalhistas nas negociações coletivas e nas práticas trabalhistas injustas. Seus membros são nomeados pelo Presidente dos Estados Unidos, com consentimento do Senado Federal. (N. do T.)

⁹ Para um relato exaustivo sobre a greve dos controladores de voo de 1981 e das forças que a conduziu, ver McCartin (2011).

Unidos, a partir do qual o poder dos sindicatos caiu progressivamente. A taxa de sindicalização global passou de 24% em 1974 a 13% da população economicamente ativa em 2004. Em 1974, as taxas de sindicalização dos setores públicos e privados eram idênticas, mas, a partir desse momento, elas tomaram direções opostas até atingirem os índices de, respectivamente, 37% e 8%, em 2004 (FARBER; WESTERN, 2001, 2002; FREEMAN, 1988).

Eu não apenas não antecipei a transformação dos mercados e o papel dos Estados, e, portanto, o aumento das pressões no trabalho, como também não percebi o quanto o trabalho estava se tornando vulnerável em razão do próprio regime hegemônico. Não percebi o quanto o regime hegemônico semeou os germes de sua própria destruição. Atomizando os trabalhadores – levando a formação de “cidadãos industriais” – e vinculando os interesses do trabalho com os do capital, o regime hegemônico não só minou a oposição do trabalho à gestão, como também a sua capacidade de resistir à ofensiva dos empregadores. Ou seja, ao ignorar os processos sociais por trás das forças externas, também ignorei como os processos sociais podem se transformar em forças sociais. Frequentemente pensamos que os processos provêm dos movimentos sociais – as forças positivas –, e que levariam as mudanças; mas nem sempre esse é o caso. Esta foi, efetivamente, a crítica que Rick Fantasia (1988) fez à *Manufacturing Consent*. Em *Cultures of Solidarity*, ele mostrou como os movimentos se desenvolvem nos locais de produção em torno das reivindicações, sustentados pelas solidariedades emergentes da raça, do gênero e da classe social. Mas, se certamente houve numerosas lutas espontâneas desse tipo, os dados históricos globais mostram que essas lutas declinaram e que minha hipótese relativa ao seu enfraquecimento era pertinente. Paralelamente, a coordenação dos interesses realizada pelo regime hegemônico constituía uma força social negativa, que tornou o trabalho cada vez mais vulnerável frente as ofensivas dos empregadores e diminuiu a mobilização coletiva.

Os novos estudos do trabalho: insuficiências teóricas de Manufacturing Consent

As falhas metodológicas estão estreitamente vinculadas as insuficiências teóricas¹⁰. O estudo de caso ampliado requer quatro extensões: a extensão do observador à vida do participante; a consideração dos fatores temporais e espaciais na observação; a passagem da análise dos micros processos às forças macrosociais; e, finalmente, sustentando e alimentando cada uma dessas, o aprofundamento da teoria. Ao invés de gerar novas teorias desde o início, partimos de uma teoria e a reconstruímos à luz das anomalias que confrontamos no campo de pesquisa. Comecei com as teorias marxistas da produção e da política, fundadas na separação da base e da superestrutura, em que a base é a fonte da luta de classes. Entretanto, em minha experiência, a noção de produção como fonte da consciência de classe e local da luta de classes foi desafiada a todo momento pelos trabalhadores que se dedicavam ao cumprimento das quotas de produção impostas pela gerência. Eu mesmo, marxista até o último fio de cabelo, não era o menos engajado e o menos entusiasta (se bem que, talvez, o menos competente) do “*making out*”.

A minha reconstrução do marxismo consistia em aplicar as teorias da superestrutura à base. Na fábrica, eu poderia fazer a analogia com a “natureza de classe do Estado” de Nicos Poulantzas e com os aparelhos ideológicos de Estado de Louis Althusser. Baseando-me nas minhas experiências e observações em Allis, eu afirmei que as hegemonias políticas e civis de Gramsci eram negadas no local de produção – independentemente do que acontecia na sociedade civil e no Estado. Em acordo com a politização da vida cotidiana pelas feministas e com a microfísica do poder de Foucault, criei o conceito de “política de produção”. Como muitas inovações teóricas, a sua força e a sua fraqueza provinham de seu enfoque implacável e singular, de sua visão unilateral. Ao reconstruir as teorias da produção e da política, deixei intactas as teorias convencionais do Estado, dos mercados e da sociedade civil. Talvez fosse possível problematizar somente uma dessas por vez – é necessário ter em conta

¹⁰ Uma série de insuficiências foram igualmente evidenciadas pelas revisões críticas de Gottfried (2001).

o olhar revisitado sobre o objetivo esperado -, mas, nesse caso, significaria a perda do dinamismo das forças exteriores que aglutinavam a produção. Reificar essas forças externas, assim como subjetivizar os processos internos, constituía uma insuficiência tanto teórica quanto empírica.

Portanto, não consegui prever o desaparecimento da indústria dos Estados Unidos, do movimento sindical (ao menos no setor privado) e, evidentemente, do regime hegemônico de produção. No entanto, os erros de previsão são o motor da ciência. Estudos posteriores compensaram as minhas deficiências ao lidar com as transformações que eu não consegui prever. O estudo sobre a indústria indicou dois caminhos: a “via alta” e a “via baixa”. Por um lado, houve argumentos otimistas, tais como os desenvolvidos em *The Second Industrial Divide* de Piore e Sabel (1984), segundo os quais a produção de massa seria substituída pela produção especializada, o que, em troca, requereria uma especialização flexível e uma requalificação do trabalho. Por outro lado, a visão pessimista, conforme exposta em *Lean and Mean*, de Bennett Harrison (1994), via apenas o despotismo e a polarização intensificados.

Enquanto alguns autores norte-americanos lamentavam o fim dos centros industriais e as consequências da desindustrialização, outros voltaram-se para o estudo do setor de serviços. A obra *The Managed Heart*, de Arlie (1983) – um estudo sobre trabalhadores das companhias aéreas – abriu novos caminhos quanto ao nascimento do trabalho emocional e estimulou toda uma literatura nova sobre o setor do cuidado (*care*). Igualmente importante foi a obra de Robin Leidner (1993), *Fast Food, Fast Talk*, que se concentrou na relação triangular – característica do trabalho de serviço – entre gerentes, trabalhadores e consumidores em dois setores muito diferentes: seguros e *fast-food*. Ambos os estudos examinaram as novas formas de controle e resistência no local de trabalho, negligenciando a sempre problemática organização do consentimento. Esta lacuna foi recentemente preenchida por Rachel Sherman (2007), em *Class Acts*, onde são estudados os jogos de poder e de credibilidades nos quais os trabalhadores realizam contra seus clientes em hotéis de luxo, e por Jeffrey Sallaz (2009), em *The Labor of Luck*, um vasto estudo etnográfico da indústria de cassinos nos Estados Unidos e na África do Sul.

Uma das consequências do aporte feminista a este debate tem sido a ampliação do próprio significado de trabalho, ou seja, de trabalho assalariado a

trabalho doméstico não remunerado. Também nesse domínio, Hochschild (1989) acrescentou uma contribuição essencial através de *The Second Shift*, uma análise dos mitos e das realidades da divisão das tarefas domésticas. Desde então, houve um pequeno passo para a crescente literatura sobre o trabalho doméstico remunerado, estudado como uma relação entre empregador e empregado em Judith Rollins (1985), *Between Women*, para Pierrette Hondagneu-Sotelo (2001), *Domestica*, e Raka Ray e Seemin Qayum (2009), passando pela análise do compartilhamento de tarefas doméstica entre homens e mulheres em Kolkata, na Índia. O trabalho doméstico foi também cruzado com os modelos migratórios, como no estudo de Pei-Chia Lan (2006) sobre as mulheres filipinas em Taiwan, a comparação de Rhacel Parreña (2001) das domésticas filipinas em Roma e em Los Angeles e a observação por Solari Cinzia (2010) das domésticas ucranianas, a qual a migração circulatória para Roma é contraposta a sua migração linear para São Francisco.

Muito antes desses trabalhos, o feminismo havia invadido os estudos históricos da indústria, como, por exemplo, em *Gender at Work*, de Ruth Milkman (1987), que atribuiu a separação da fronteira de gênero nas indústrias elétrica e automotiva dos Estados Unidos antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial à lógica da acumulação de capital. Outras estudaram as fábricas do hemisfério Sul, onde a população ativa era dominada por mulheres. Chaing Kwan Lee (1998), em *Gender and the South China Miracle*, comparou os regimes de gênero em duas fábricas – uma no sul da China, outra em Hong Kong – enquanto que Lesli Salzinger (2003), em *Genders in Production*, analisou os regimes de gênero bastante diferentes nas Maquiladoras na fronteira entre os Estados Unidos e o México. Além da indústria, existe também, no setor público, uma política de gênero, como a demonstrou Linda Blum (1991) em suas análises sobre as lógicas interconectadas e as bases de classe da ação afirmativa e política de cotas.

Nem todos os estudos históricos e comparativos são diretamente influenciados pelo feminismo. Em *The Fabrication of Labor*, Richard Biernacki (1995) explicou as divergências dos “regimes de fábrica” nas indústrias têxteis da Alemanha e da Inglaterra do século XIX através das diferentes concepções de trabalho. Em *Between Craft and Class*, Jeffrey Haydu (1988) comparou os operários metalúrgicos da Inglaterra com os dos Estados Unidos durante a

Segunda Guerra Mundial. Em *Work and Democracy in Socialist Cuba*, Linda Fuller (1992) examinou a transformação da política de produção em Cuba nos anos 1970, quando a descentralização industrial era acompanhada por uma maior participação democrática. Mais tarde, ela encontrou o mesmo quadro de política de fábrica ao observar o silêncio da classe operária durante a transição da Alemanha Oriental para o capitalismo (FULLER, 1999). Encontramos uma versão bastante diferente em *Transition from Below*, de Karl Von Holdt (2003), que se concentrou sobre as microdinâmicas das plantas fabris na indústria metalúrgica da África do Sul. Aqui as políticas fabris estiveram no centro das lutas contra o apartheid, porém deram lugar a um bastante frágil regime de trabalho pós-apartheid. Finalmente, Gwo-shyong Shieh (1992), em “Boss” *Island*, retomou a ideia de uma política de produção em uma direção diferente, observando as redes de “domesticação” da indústria em Taiwan.

Cada um desses trabalhos – e esta é uma lista incompleta, amplamente formulada a partir de livros derivados de teses defendidas em Berkeley – reflete algumas características salientes ou tendências observáveis no mundo. Às vezes, a sociologia vai deliberadamente na contracorrente ou embarca em alguma tendência desviante. Pode-se apontar o interesse renovador nas relações entre o regime de produção e o movimento operário. Nesse caso, encontramos a síntese da teoria dos movimentos sociais e dos processos de trabalho, como no estudo já mencionado de Fantasia (1988) sobre a mobilização coletiva, chamado *Cultures of Solidarity*, ou no relato histórico da ascensão e queda dos Knights of Labor [Cavaleiros do Trabalho],¹¹ *The Making of American Exceptionalism* (VOSS, 1993), ou ainda nos livros em que esses dois pesquisadores (FANTASIA; VOSS, 2004) escreveram sobre a possível renovação do movimento operário americano.

Mais focado sobre a organização contemporânea do trabalho, Paul Johnston (1994) explica em *Sucess While Other Fail* como a sindicalização do setor público alcançou seus maiores sucessos explorando os interesses comuns entre trabalhadores e clientes. Recentemente, Chris Rhomberg (2004), em *No There There*, e Steve Lopez (2004), em *Reorganizing the Rust Belt*, estudaram

¹¹ Os *Knights of Labor* eram membros do “Noble and Holy Order of the Knights of Labor”, organização de defesa operária pré-sindical dos Estados Unidos (1869-1949), inspirada no modelo maçônico. (N. d. T.)

regiões específicas (Oakland, na Califórnia, Pittsburgh, na Pennsylvania) para mostrar a importância das políticas da cidade e do Estado no sucesso dos movimentos operários. Em *With God on our Side*, Adam Reich (2012), em sua análise do aspecto cultural numa campanha para organizar um dos hospitais católicos da Califórnia, demonstrou como os movimentos sindicais podem ser intrigantes, com suas lutas internas e as relações complexas entre sindicatos e empregadores, etc.

Em *The Next Upsurge*, um relato da reorientação da AFL-CIO (American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations) na organização das estratégias e das técnicas inovadoras de um ou dois sindicatos tais como o SEIU (Service Employees International Union) e o HERE (Hotel Employees and Restaurant Employees), Dan Clawson (2003) ousou prever o renascimento do que ele chamou de sindicalismo do movimento social – a fusão do trabalho com outros movimentos sociais. Ruth Milkman (2000) reuniu numerosos trabalhos que buscavam saber o porquê a dinâmica de expansão das organizações sindicais na Califórnia ocorria em razão dos trabalhadores imigrantes, enquanto pensávamos que era impossível organizá-los. Milkman (2006) seguiu seu estudo em *L.A. Story*, uma análise dos sucessos diferenciados das tentativas de sindicalizar os trabalhadores migrantes em Los Angeles. Ao deixar de lado os trabalhadores industriais nascidos no país, o impulso de organização tem migrado para os trabalhadores marginais, centrando-se em novas estratégias de políticas simbólicas. Por fim, Jennifer Chun (2009) mostrou como um tal fenômeno se produziu não somente nos Estados Unidos, mas também na Coreia do Sul.

Apesar desses resultados edificantes, das táticas inovadoras que contornam a lei, das notáveis vitórias contra os empregadores recalcitrantes (como a United Parcel Service), da sindicalização de novos ramos, do redirecionamento dos recursos centrais para a organização de campanhas de base, apesar de tudo isso, a incorporação de novos membros não permitiu ainda superar a perda dos antigos. O declínio global do sindicalismo americano é inexorável.

A perspectiva das organizações operárias tem ares mais radiosos em outras partes do mundo. Gay Seidman (1994) tem identificado as sociedades em curso de industrialização como lugares de uma nova sindicalização. Em *Manufacturing Militance*, ela apontou uma convergência inesperada dos

movimentos operários do Brasil e da África do Sul, ancorados, de uma parte, sob as conexões estreitas entre o trabalho e a comunidade ao redor e, de outra, sobre a divisão dos papéis entre o Estado e o capital – divisão que é determinada pelo ritmo da industrialização em todo o mundo. Em sua recente obra *Forces of Labor*, Beverly Silver (2005) deu a esta perspectiva de evolução dos sistemas mundiais um aporte histórico e comparativo mais abrangente, sustentando que a transplantação global da indústria traz com ela novas ondas de lutas de classe e de organização de classe. Otimista, ela aposta que a próxima vaga da luta de classes ocorrerá na China, ainda que Pun Ngai (2005) propôs uma imagem mais pessimista da ordem despótica dos regimes em fábricas chinesas.

Bervely Silver (2005) estabeleceu uma importante distinção entre as lutas de tipo marxistas, fundadas sobre o poder da pressão dos trabalhadores por resistir à exploração, e as lutas de tipo Polanyi, fundadas sobre o poder da associação para resistir à comoditização. Sugere um deslocamento das lutas, na qual a questão passaria da exploração à comoditização, inaugurando uma nova era de mobilizações transnacionais. Ching Kwan Lee (2007) estabeleceu a mesma distinção quando encontrou as lutas de tipo Polanyi na Rust Belt do norte da China e as lutas de tipo marxistas na Sun Belt do sul do mesmo país. Hwa-Jen Liu (2006) desenvolveu essas ideias para explicar as razões das lutas ambientais terem sido mais importantes na Coreia do Sul. Onde quer que elas ocorram, os estudiosos buscam sempre os cenários otimistas em meio a este mundo desolador!

Do capitalismo ao capitalismo via socialismo: para além de Manufacturing Consent

Eu também procurei por cenários otimistas, só para vê-los despedaçados sobre as rochas do capitalismo renascente. Deixe-me esboçar o meu percurso nesses últimos trinta anos. Uma das críticas de *Manufacturing Consent*, que considero bastante séria, é a acusação segundo a qual eu havia descrito a lógica da industrialização e não do capitalismo. Responder a este desafio demandava comparar a produção capitalista com a produção não capitalista. Mas o que é a produção não capitalista? Eu considerei necessário estudar o trabalho nas

sociedades soviéticas. Durante muito tempo, pensava que o tendão de Aquiles do marxismo era o “socialismo realmente existente” e que os marxistas ignoravam as suas singularidades. Seria desonesto simplesmente classificar a União Soviética como uma forma de capitalismo de Estado (ou de Estado degenerado dos trabalhadores), depois de projetar o “verdadeiro” socialismo como uma utopia frente as realidades atroztes do capitalismo. Uma tal ideia não era mais aceitável que atacar a União Soviética ao comparar a sua brutalidade e ineficiência com as idealizações do capitalismo sustentadas por seus apologistas e outros ideólogos. Essas falsas comparações entre a idealização de uma sociedade e sua realidade deveria ser substituída por comparações de um tipo ideal com um outro tipo ideal, da realidade com realidade. Portanto, o melhor a se fazer seria uma comparação das relações entre idealização e realidade nos dois mundos.

Comecei a investigar a literatura sobre as fábricas soviéticas. O material era bem escasso e fraco, para se dizer o mínimo – a produção soviética estava fora dos limites de uma análise sociológica séria. Entretanto, o destino (uma vez mais) me fez descobrir o texto intitulado *A Worker in a Worker's State*, de Miklos Haraszti (1977) – um relato autobiográfico de suas experiências no seio de uma oficina de produção de peças, bastante similar as oficinas de motores de Allis. Efetivamente, a fábrica Red Star Tractor Factory era a equivalente húngaro da Allis Chalmers nos Estados Unidos. As duas produziam equipamentos agrícolas e as duas estavam em crise financeira. Ao mesmo tempo, a oficina de produção descrita por Haraszti comportava as mesmas séries de máquinas de perfuração, de fresadoras, de tornos, etc. e, também como em Allis, os operadores eram pagos por peça.

Evidentemente que existiam diferenças. Para começar, Haraszti fazia algo impossível: ele operava duas máquinas ao mesmo tempo! Eu não podia acreditar. Isso em um país onde dizíamos que os trabalhadores haviam obtido o direito de não trabalhar intensamente. Claro que o regime de produção húngaro era completamente diferente: o partido, a direção e o sindicato colaboravam para organizar isso que eu chamei de “despotismo burocrático”. Esse regime havia mais em comum com os despotismos de mercado do início do capitalismo ou com os despotismos coloniais que eu havia estudado em Zâmbia e na África do Sul que com os regimes hegemônicos do capitalismo

avançado. Eu escrevi sobre esses diferentes regimes em *The Politics of Production* (Burawoy, 1985), obra na qual fiz afirmações bastante contundentes sobre a forma com que o regime de produção moldou a luta de classes. Se o Estado, o mercado e a sociedade civil eram importantes na luta de classes, então seus efeitos eram mediados pelo regime de produção que eles determinavam.

Após ter lido *A Worker in a Worker's State*, escrevi meu artigo sobre o socialismo de Estado em 1979, em que comparava o despotismo burocrático e a hegemonia do mercado, argumentando que o primeiro alimentou a hostilidade de classe com o Estado-Partido – como nas revoltas da Alemanha Oriental de 1953, as revoltas húngaras e polonesas de 1956 e a oposição abafada da primavera de Praga em 1968 (IBID., 1980). Esta hipótese foi confirmada de forma inesperada pelo movimento polonês Solidarność [Solidariedade] de 1980-1981. Interessado por esse movimento da classe operária em suas dimensões sociais, conscientemente visando uma revolução autolimitada, comecei a me preparar para fazer pesquisa na Polônia. Mas era tarde demais: Jaruzelski organizou seu putsch antes que eu pudesse fechar minhas malas. Em seu lugar, com a ajuda de Ivan Szelenyi, dirigi-me para a Hungria, que vivia sua própria revolução clandestina. Num período de sete anos (de 1982 a 1989), trabalhei em diversas fábricas húngaras – uma fábrica de champanhe, uma cooperativa têxtil, uma oficina de usinagem e, meu maior sonho, a famosa siderúrgica Lenin Steel Works de Miskolc.

Do ponto de vista da política de produção, questionava porquê a primeira verdadeira revolta da classe operária da história havia sido contra o Estado Socialista e não contra o capitalismo e porquê na Polônia e não na Hungria. Argumentei que o processo de trabalho socialista, e não o capitalista, era o arquétipo da especialização flexível, que concedia uma autonomia considerável aos trabalhadores, enquanto que o regime de produção introduzia o Estado-Partido diretamente na oficina, de forma opressiva. Utilizei a pintura do socialismo como uma metáfora para descrever a experiência da classe operária com o socialismo. Ela derivava de um incidente engraçado ocorrido quando trabalhava na Brigada Socialista da Revolução de Outubro. O Primeiro Ministro viria nos ver e nos impuseram uma jornada suplementar, não remunerada, para repintar de amarelo brilhante nossa usina imunda. Não tendo podido encontrar mais que um pincel e uma tinta preta, comecei a pintar as colunas dessa cor. O

supervisor, furioso, veio até mim e exigiu que eu explicasse o que estava fazendo. Com toda inocência do mundo, respondi timidamente: “construindo o socialismo”. Um silêncio angustiante tomou conta da brigada, até que um de meus espirituosos colegas, chamado ET, respondeu: “Misi, Misi, você não está construindo o socialismo, você está pintando o socialismo. E preto ainda por cima!”. A brigada inteira caiu na gargalhada descontrolada.

Decidi, então, ampliar a ideia de ET: os rituais do socialismo organizados pelo Estado-Partido nos obrigavam a pintar o socialismo nas cores da eficácia, da igualdade e da justiça e, fazendo isso, eles retiravam justamente a atenção sobre o fato de que o regime era ineficaz, desigual e injusto. O socialismo de Estado era um jogo que consistia nas aparências, um jogo onde se fingia a realidade, onde fabricávamos os descontentamentos. Pude concluir, portanto, que a consciência de classe socialista provinha efetivamente da produção – uma crítica imanente do socialismo de Estado por não cumprir sua própria ideologia como um Estado dos trabalhadores. O Estado-Partido havia semeado as sementes da sua própria transformação. A única questão era a direção desta transformação: socialismo democrático ou capitalismo de mercado? Com uma inocente esperança, acreditei que a insurreição dos conselhos operários – como um novo 1956 – e que os direitos dos assalariados sobre as empresas prevaleceriam. Mesmo em 1989, optei pelo socialismo democrático.

The Radiant Past, redigido com János Lukács (1992), resume a pesquisa de uma década no setor industrial na Hungria. A obra foi publicada em 1992, três anos após a queda do socialismo de Estado. Argumentamos que se o comunismo tinha sido o “futuro radiante”, agora era o “passado radiante”. De forma irônica, afirmamos que, para nossos colegas de trabalho, o passado aparecia efetivamente radiante à medida que os mercados capitalistas destruíam o coração da indústria húngara, como eles já haviam feito em Chicago e em outros lugares. János e eu retornamos ao campo em 1999, dez anos após a queda do comunismo, para entrevistas nossos antigos colegas da Brigada Socialista da Revolução de Outubro. Embora o número de operários tenha caído de 15 mil para 3 mil, eles estavam entre os poucos sortudos que conseguiram conservar os seus empregos. Não eram mais os orgulhosos trabalhadores que havíamos conhecido, mas os rejeitados desmoralizados de um capitalismo sem piedade.

Fui a Hungria estudar as possibilidades do socialismo democrático, mas logo me vi envolto numa transição ao capitalismo de mercado. Então parti para a União Soviética no início de 1991, tão logo a Glasnost e a Perestroika tornaram possível uma pesquisa etnográfica. Era um período muito excitante! Naquele inverno glacial de Moscou de 1991, Kathy Hendley, então estudante de pós-graduação de Berkeley, e eu estudamos uma famosa fábrica de borracha, Kauchuk, no coração da cidade (BURAWOY; HENDLEY, 1992). Que história! Que condições atroztes de trabalho! Mais inesperado foi, entretanto, o fato de nos encontrarmos frente a uma verdadeira guerra civil, não entre os trabalhadores e a gerência, senão entre os gerentes. Aí fomos testemunhas, de forma intensa, de uma guerra que estava ocorrendo na maior parte da União Soviética entre os defensores do mercado e os planejadores, os jovens e a velha guarda, aqueles que queriam se livrar do Estado-Partido e aqueles que buscavam sustentar suas estruturas colapsadas.

Após dois meses passados em Kauchuk, segui mais para o Norte, à Syktyvkar, a capital da República Komi, onde obtive um emprego de operador de máquinas numa fábrica de móveis. Ali, na periferia, os rumores políticos do centro chegavam suavizados, embora pudéssemos sentir os seus efeitos. Já nesta época, na primavera de 1991, meu colaborador Pavel Krotov e eu pudemos rastrear os traços da ordem de mercado que emergia da ordem soviética em desintegração (BURAWOY; KROTOV, 1992). Fiquei aí de março a junho de 1991. Em agosto, teve início a insurreição moscovita da velha guarda, que foi logo abortada, e, em dezembro, a União Soviética já era passado.

Não tendo nenhum lugar par ir, continuei a minha pesquisa na Rússia, na República Komi. Observei como a planificação se metamorfoseava em mercados com características soviéticas – uma estranha combinação de dinheiro e permuta. Aqueles que controlavam o intercâmbio monetário, sejam oligarcas ou financeiros, mafiosos ou comerciantes, tornaram-se a nova classe que surgiu do pântano no qual o resto da sociedade se afundou. Eu descrevi esta situação como uma involução econômica, em que os recursos eram drenados da esfera produtiva para serem injetados na esfera improdutiva do consumo e do enriquecimento pessoal. O destino da classe operária estava vinculado aos empregos com salários reais, que diminuía rapidamente, e, na sua falta, à assistência social. Neste mundo de desindustrialização desenfreada, os homens

tornaram-se supérfluos, como um fardo para os lares e não o seu ganha pão vital. As mulheres assumiram a defesa da sociedade.

Podemos questionar em que os guetos do Sul de Chicago são diferentes das ruínas industriais da Rússia pós-soviética. Assim como em que as oligarquias russas, que pilharam a economia pós-soviética, são diferentes dos crápulas de Tyco e Enron? Muito pouco separa Khodorkovsky, julgado por fugir com bilhões de dólares de dinheiro público com os golpes de privatização do petróleo na década de 1990, de Kozlowski, o presidente-executivo da Tyco – conglomerado que possuía as antigas instalações de minha fábrica de máquinas de Chicago – julgado por ter fraudado os acionistas e os funcionários em algumas centenas de milhões de dólares.

De Marx à Polanyi: abandonando o Manufacturing Consent

Não importa para onde me levavam as minhas viagens etnográficas, elas sempre deixavam para trás os traços da destruição. Assim que deixei a Copperbelt de Zâmbia – lugar de minha primeira pesquisa sobre a indústria em 1968-1972 – o preço do cobre derreteu e com ele a economia e a sociedade zambiana (FERGUSON, 1999). Depois de minha partida de Allis Chalmers em 1975, como já afirmei, a zona industrial do Sul de Chicago se transformou em deserto industrial. Em 1989, no final de meu último trabalho de campo na Hungria, o socialismo de Estado se desintegrou e a economia industrial húngara seguiu o caminho de Chicago, rumo ao rápido declínio. Minha experiência de trabalho operário na União Soviética, no início de 1991, foi rapidamente seguida pela derrota do putsch comunista e pelo colapso da ordem soviética no final do mesmo ano. O que seguiu foi um declínio econômico sem precedentes em tempos de paz. Embora alguns me responsabilizassem por todas essas catástrofes, na verdade foi o tsunami do mercado, iniciado na década de 1970, que devastou a economia mundial.

Meu tardio reconhecimento do poder dos mercados me levou a uma alteração de orientação, passando da produção para a troca e da exploração para a comoditização. Ao longo dos anos 1990, assisti ao desaparecimento da

indústria russa – com algumas exceções, como a construção civil – frente ao poder dos mercados e da especulação, do pequeno comércio à permuta, passando pela proteção mafiosa, o poder dos bancos e das finanças. Foi nesse momento que me debrucei sobre a obra de Karl Polanyi (2000 [1944]), *A Grande Transformação*, para compreender a devastação provocada pela transição ao mercado.

Muitos se pautaram em Polanyi para defender a ideia de que não seria possível uma via para o capitalismo de mercado sem instituições políticas e sociais que levassem ao desenvolvimento econômico. Esta posição explicaria porque a transição para o mercado teve realmente mais sucesso na China, onde o Estado-Partido manteve sua hegemonia, que na Rússia, onde a destruição irracional do sistema estatal de planificação levou a uma involução econômica. Outros recorreram a Polanyi para especular a propósito da inevitabilidade de um contra-movimento à rápida expansão do mercado. Esta segunda leitura dinâmica substitui a primeira apropriação estática e funcionalista das ideias de Polanyi. Eu, particularmente, escolhi uma reconstrução mais radical da história do capitalismo a partir de Polanyi, focada em seu conceito, muito pouco desenvolvido, de commodity fictícia (BURAWOY, 2010).

Nesta terceira interpretação, o problema subjacente está no fracasso de Polanyi em antecipar uma outra onda de fundamentalismo de mercado. Polanyi supôs que a humanidade jamais permitiria novamente uma experiência tão desastrosa como a que ele descreveu. Mas ele estava errado. O mundo foi assaltado pela terceira onda de fundamentalismo de mercado, que começou com a crise do petróleo de 1973. A recusa de Polanyi de considerar esta terceira onda estava fundada em sua concepção de uma certa expansão do mercado seguida de um singular contra-movimento. Um estudo atento de sua análise permite compreender bem as duas primeiras ondas. A primeira é a que ele descreveu sobre a revolução industrial inglesa no início do século XVIII, iniciada com o ataque dirigido contra o sistema Speenhamland do trabalho regulado e terminada com a *New Poor Law* [Nova Lei da Pobreza] de 1834: a partir disso, o trabalho contra-ataca ao longo de todo o século XIX e no início do XX com o movimento operário dentro das fábricas, as cooperativas, as organizações benevolentes e os partidos políticos. Após a Primeira Guerra Mundial, o fundamentalismo do mercado decolou (segunda onda), desta vez

focado no comércio internacional e nas trocas monetárias fixas. Se no século XIX a resposta havia tomado a forma de resistências locais se deslocando para o nível nacional, no século XX, ela se manifesta sob os tratados de regulações nacionais – fascismo, stalinismo, democracia social, New Deal, etc. – para se elevar, em seguida, ao nível internacional com o Bretton Woods, o GATT, a OMC, o FMI e o Banco Mundial. No curso dos últimos vinte e cinco anos do século XX e início do XXI (terceira onda), as forças do mercado se tornaram novamente agressivas, quebrando as regulações protetoras do trabalho e do dinheiro, levando a sua remercadorização, mas também a comoditização da natureza (terra, água e ar) e a algo que Polanyi não tinha previsto, a comoditização do conhecimento.

Testemunhamos, hoje, o surgimento de contra-movimentos a nível local e nacional, mas, para que sejam eficazes na regulação do capital financeiro e na contenção da destruição ambiental, terão que assumir uma escala global. Como seria possível construir tal resposta? Há aqueles que colocam as suas esperanças no movimento trabalhista, transcendendo as fronteiras nacionais, mas os sinais disso são poucos e distantes. O mais provável é uma coalizão de forças que estão pautadas não tanto na produção e na exploração (que está se convertendo num privilégio no mundo moderno), senão na experiência de mercado e na comoditização. Os estudos sobre o trabalho deverão, portanto, distanciar-se da esfera da produção para abordar a comoditização da natureza através de sua despossessão, da gestão do dinheiro pela dívida e da substituição da aquisição de conhecimentos pela fetichização dos diplomas.

Como escrevi, os recentes movimentos de “ocupação” parecem ter uma tal visão das coisas. Fundados sobre uma precariedade muito maior, ela mesmo produto da comoditização dos conhecimentos (principalmente a universidade), sustentados e encorajados por uma classe operária cada vez mais (des)organizada (comoditização do trabalho), e ventilada pela multiplicação espontânea dos fenômenos da despossessão (comoditização da terra), os movimentos de “ocupação” colocam em questão o despotismo do capital financeiro. A insistência sobre a democracia direta constitui uma refutação simbólica da democracia representativa, incapaz de regulamentar o capital para o interesse público, qualquer que seja a definição deste último. A reinterpretação de *A Grande Transformação* nos permite situar a importância

do trabalho ao lado do dinheiro, da natureza e dos conhecimentos na expansão e na contestação do capitalismo do século XXI.

Referências bibliográficas

- BIERNACKI, R. *The Fabrication of Labor: Germany and Britain, 1640-1914*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- BLUM, L. *Between Feminism and Labor*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- BRAGA, R.; BURAWOY, M. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.
- BURAWOY, M. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies. *Global Labour Journal*, v. 1, n. 2, 31 mai. 2010.
- _____. *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- _____. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda, 2014.
- _____. *The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism*. London: Verso, 1985.
- _____. The Politics of Production and the Production of Politics: A Comparative Analysis of Piecework Machine Shops in Hungary and the United States. *Political Power and Social Theory*, n. 1, p. 259-297, 1980.
- BURAWOY, M.; BURTON, A.; FERGUSON, A. A. *Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley Los Angeles Oxford: University of California Press, 1991.
- BURAWOY, M.; GEORGE, S.; BLUM, J. A. *Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world*. Los Angeles: University of California press, 2000.
- BURAWOY, M.; HENDLEY, K. Between Perestroika and Privatization: Divided Strategies and Political Crisis in a Soviet Enterprise. *Soviet Studies*, v. 44, n. 3, p. 371-402, 1992.
- BURAWOY, M.; KROTOV, P. The Soviet Transition from Socialism to Capitalism: Worker Control and Economic Bargaining in the Wood Industry. *American Sociological Review*, v. 57, n. 1, p. 16, fev. 1992.
- BURAWOY, M.; LUKACS, J. *The Radiant Past: Ideology and Reality in Hungary's Road to Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

- CHUN, J. J. *Organizing at the margins: the symbolic politics of labor in South Korea and the United States*. Ithaca: Cornell university press, 2009.
- CINZIA, S. *Exile vs. Exodus: Nationalism and Gendered Migration from Ukraine to Italy and California*. Berkeley: University of California, 2010.
- CLAWSON, D. *The Next upsurge: labor and the new social movements*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- FANTASIA, R. *Cultures of solidarity: consciousness, action, and contemporary American workers*. Berkeley: University of California, 1988.
- FANTASIA, R.; VOSS, K. *Hard work: remaking the American labor movement*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- FARBER, H. S.; WESTERN, B. Accounting for the Decline of Unions in the Private Sector, 1973–1998. *Journal of Labor Research*, v. 22, n. 3, p. 459-485, set. 2001.
- _____. Ronald Reagan and the Politics of Declining Union Organization. *British Journal of Industrial Relations*, v. 40, n. 3, p. 385-401, set. 2002.
- FERGUSON, J. *Expectations of modernity: myths and meanings of urban life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- FREELAND, R. F. *The Struggle for Control of the Modern Corporation: Organizational Change at General Motors, 1924-1970*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.
- FREEMAN, R. B. Contraction and Expansion: The Divergence of Private Sector and Public Sector Unionism in the United States. *Journal of Economic Perspectives*, v. 2, n. 2, p. 63-88, mai. 1988.
- FULLER, L. *Where was the Working Class? Revolution in East Germany*. Urbana: University of Illinois Press, 1999.
- _____. *Work and Democracy in Socialist Cuba*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.
- GOTTFRIED, H. From “Manufacturing Consent” to “Global Ethnography”: A Retrospective Examination. *Contemporary Sociology*, v. 30, n. 5, p. 435-438, 2001.
- HARASZTI, M. *Worker in a Worker’s State*. Harmondsworth: Penguin Books, 1977.
- HARRISON, B. *Lean and mean: the changing landscape of corporate power in the age of flexibility*. New York: BasicBooks, 1994.

- HAYDU, J. *Between craft and class: skilled workers and factory politics in the United States and Britain, 1890-1922*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- HOCHSCHILD, A. R. *The managed heart: commercialization of human feeling*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- _____. *The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home*. New York: Viking Books, 1989.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. *Domestica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- JOHNSTON, P. *Success While Others Fail: Social Movement Unionism and the Public Workplace*. Ithaca, N.Y: Cornell University Press, 1994.
- KORNBLUM, W. *Blue Collar community*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.
- LAN, P.-C. *Global Cinderellas: migrant domestics and newly rich employers in Taiwan*. Durham: Duke University Press, 2006.
- LEE, C. K. *Gender and the South China miracle: two worlds of factory women*. Berkeley: University of California press, 1998.
- _____. *Against the law: labor protests in China's rustbelt and sunbelt*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- LEIDNER, R. *Fast food, fast talk: service work and the routinization of everyday life*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- LIU, H.-J. *Red and Green: Labor And Environmental Movements In Taiwan and South Korea*. Berkeley: University of California, 2006.
- LOPEZ, S. H. *Reorganizing the Rust Belt: an inside study of the American labor movement*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- MCCARTIN, J. A. *Collision Course: Ronald Reagan, the Air Traffic Controllers, and the Strike that Changed America*. New York: Oxford University Press, 2011.
- MILKMAN, R. *Gender at Work: The Dynamics of Job Segregation by Sex during World War II*. Urbana: University of Illinois Press, 1987.
- _____. (ed.). *Organizing immigrants: the challenge for unions in contemporary California*. Ithaca: ILR Press, 2000.
- _____. *L. A. story: immigrant workers and the future of the U.S. Labor Movement*. New York: R. Sage Foundation, 2006.
- PARREÑAS, R. S. *Servants of globalization: women, migration and domestic work*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

- PIORE, M. J.; SABEL, C. F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].
- PUN, N. *Made in China: women factory workers in a global workplace*. Durham/ Hong Kong: Duke University Press/ Hong Kong University Press, 2005.
- RAY, R.; QAYUM, S. *Cultures of servitude: modernity, domesticity, and class in India*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- REICH, A. D. *With God on Our Side: The Struggle for Workers' Rights in a Catholic Hospital*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.
- RHOMBERG, C. *No there there: race, class, and political community in Oakland*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- ROLLINS, J. *Between women: domestics and their employers*. Philadelphia (Pa.): Temple University Press, 1985.
- SALLAZ, J. J. *The labor of luck: casino capitalism in the United States and South Africa*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- SALZINGER, L. *Genders in production: making workers in Mexico's global factories*. Los Angeles: University of California Press, 2003.
- SEIDMAN, G. *Manufacturing militance: workers' movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- SHERMAN, R. *Class acts: service and inequality in luxury hotels*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- SHIEH, G. *"Boss" Island: The Subcontracting Network and Micro-Entrepreneurship in Taiwan's Development*. New York: Peter Lang, 1992.
- SILVER, B. J. *Forças do trabalho: movimentos do trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SMITH, V. *Managing in the Corporate Interest: Control and Resistance in an American Bank*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- VENKATESH, S. A. *American project: the rise and fall of a modern ghetto*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- VON HOLDT, K. *Transition from below: forging trade unionism and workplace change in South Africa*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 2003.
- VOSS, K. *The Making of American Exceptionalism: The Knights of Labor and Class Formation in the Nineteenth Century*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

ZETKA JR., J. R.. *Militancy, Market Dynamics, and Workplace Authority: The Struggle over Labor Process Outcomes in the U.S. Automobile Industry, 1946-1973*. Albany: SUNY Press, 1994.